

A financeirização na literatura da Teoria Marxista da Dependência: uma revisão sistemática

Financialization in Marxist Dependency Theory literature: a systematic review

Francisco Luiz de Andrade Neto*

Resumo

A financeirização vem ocupando uma posição central nas discussões sobre o capitalismo contemporâneo desde o fim do século XX. Ainda que seja muito debatida no marxismo em geral, nota-se como há uma lacuna no tratamento do tema na literatura da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Enquanto suas obras clássicas se debruçaram sobre outros dilemas, obras contemporâneas já tratam do assunto, porém ainda de forma pouco sistematizada e dialogada entre si. Diante desse cenário, este artigo explora este problema através de uma revisão sistemática de literatura, tendo como objetivo sintetizar as contribuições da literatura da TMD sobre a financeirização. Com os resultados da síntese, vê-se como há uma convergência nos apontamentos acerca do estabelecimento de uma nova fase da dependência a partir da financeirização dos países periféricos nas décadas de 1980 e 1990. Aponta-se como esse processo, que remonta à crise da dívida externa latino-americana, reforça a posição subordinada destes países no capitalismo global. Nessa nova fase da dependência, a transferência de valor se intensifica e passa a ser mais composta, em termos relativos, por formas financeirizadas. Desse modo, a superexploração da força de trabalho é agravada, também sofrendo outras determinações a partir deste processo. Discutindo tais achados, o artigo argumenta que, uma vez sintetizadas, as contribuições existentes acerca da financeirização na TMD formam uma base não exatamente coesa, mas que oferecem apontamentos relevantes para futuros aprimoramentos.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; financeirização; revisão sistemática de literatura; financeirização periférica; dependência financeirizada

Abstract

Financialization has been occupying a central position in discussions on contemporary capitalism since the end of the 20th century. Although it is widely debated within Marxism in general, there's a gap in the treatment of this topic in the Marxist Dependency Theory (MDT) literature. While its classical works focused on other dilemmas, contemporary works already address the subject, however, still in a fragmented way, lacking systematic dialogue. Faced with this scenario, this work explores this problem through a systematic literature review, aiming to synthesize the contributions of MDT on the theme of financialization. Based on the findings, it is seen that the literature converges on the identification of a new stage of dependency beginning with the financialization of peripheral countries in the 1980s and 1990s. It is pointed out how this process, which dates back to the Latin American external debt crisis, reinforces the subordinate position of these countries in global capitalism. In this new stage of dependency, the transfer of value intensifies and becomes more composed, in relative terms, of financialized forms. In this way, the superexploitation of labor is aggravated and undergoes other determinations arising from this process. Discussing these findings, the article argues that, once synthesized, the existing contributions regarding financialization in MDT form a foundation that is not exactly cohesive, but which offers relevant insights for future developments.

Keywords: Marxist Dependency Theory; financialization; systematic literature review; peripheral financialization; financialized dependency

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA). ORCID:<<https://orcid.org/0000-0003-4261-3561>>. Email: flandradeneto@gmail.com.

Introdução²

Desde o tempo da realidade latino-americana analisada pelos autores clássicos da Teoria Marxista da Dependência (TMD) – Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos – o capitalismo global e a situação da dependência passaram por transformações significativas. Seja pela intensificação da mundialização do capital, pela reestruturação das cadeias produtivas globais ou por mudanças na geopolítica mundial, a realidade teorizada por estes autores já é muito distante da atual.

Dentre essas mudanças, uma se destaca: a financeirização. Entendida como um novo padrão sistêmico de riqueza capitalista, no qual as finanças assumem o papel central na dinâmica de acumulação do capitalismo, sobretudo na forma de capital fictício (Braga *et al.*, 2017; Mollo, Dourado e Paraná, 2022; Palludeto e Rossi, 2022), a financeirização demarca um novo modo de ser do capitalismo, ainda que, dialeticamente, seja o mesmo de sempre: baseado na produção de valor pela exploração da força de trabalho. (Souza, 2018) Atualmente, os debates sobre a financeirização são amplos, abrangendo múltiplos temas e reunindo diferentes interpretações sobre o fenômeno. (Lavinias *et al.*, 2024; Palludeto e Felipini, 2019; Prado, 2014; Raposo, 2023) Sendo um processo geral do capitalismo, os países periféricos também foram profundamente impactados pela financeirização. Os anos 1990 demonstraram como ela trouxe novas contradições para o desenvolvimento capitalista dos países nesse âmbito; a ocorrência das crises mexicana de 1994, asiática de 1997, russa de 1998 e a brasileira de 1999, por exemplo, ressaltaram a vulnerabilidade de economias periféricas diante da volatilidade dos fluxos financeiros internacionais.

Apesar disso, como apontam Reis e Antunes de Oliveira, a literatura da TMD pouco discutiu e teorizou sobre a financeirização, quando se tem em conta sua centralidade no capitalismo contemporâneo. (Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 516) Tal tema nunca foi um foco central das obras dos autores clássicos dessa tradição, considerando que seus trabalhos foram formulados dentro de outros contextos históricos e políticos. Entretanto, dentre autores de gerações posteriores, alguns esforços foram feitos buscando a aproximação entre tais temas. Destacam-se as contribuições de Amaral (2012), Paulani (2022), Raposo, Almeida Filho e Amaral (2022) e Reis e Antunes de Oliveira (2021). Em demais casos, possíveis indicações se apresentam de forma mais breve, em meio a outros debates. (ex.: Ferreira, 2023; Filgueiras, 2018; Luce, 2018) Mesmo assim, aponta-se para a existência de uma lacuna na literatura da TMD no que diz respeito à teorização desse fenômeno, considerando que ainda são necessárias mais contribuições neste sentido. (Alami *et al.*, 2022, p. 1365; Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 516)

Tendo isso em vista, este artigo busca trazer uma contribuição às discussões sobre a financeirização na TMD pelo modo em como explora essa lacuna ao reunir, sintetizar e discutir uma ampla gama de textos sobre esse tema, por meio de uma revisão sistemática de literatura. Ao centralizar esse conteúdo, espera-se que pessoas interessadas no tema possam tanto se familiarizar com as contribuições da TMD sobre a financeirização, quanto utilizá-las como ponto de partida para aprofundar e avançar na discussão relativa à financeirização periférica nessa tradição de pensamento.

Para tanto, o artigo se divide em três seções, excetuando esta introdução e as considerações finais. A primeira seção irá expor o raciocínio metodológico empregado, a partir da revisão sistemática. Na segunda, serão apresentados os resultados encontrados, divididos em tópicos. Abordam-se: entendimentos da literatura sintetizada sobre financeirização; a história da financeirização dependente; a transferência de valor e superexploração da força de trabalho frente à financeirização; as especificidades da

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. É oriundo de uma dissertação de mestrado defendida no PPGRI-UFBA, sob orientação do Prof. Luiz Filgueiras, a quem agradeço pelo apoio. Na dissertação, os passos metodológicos da revisão sistemática empregada são apresentados de forma mais abrangente que aqui. (Andrade Neto, 2025a) Parte dos resultados expostos na segunda seção deste artigo foram publicados em inglês num *conference proceeding* (em que não estão inclusas as pontuações sobre o entendimento desta literatura sobre a financeirização, seus apontamentos sobre o subimperialismo, e acerca dos percursos histórico-político-econômicos deste processo no Brasil, México, Argentina e Uruguai), dentre o debate da literatura da *peripheral/subordinate financialization*. (Andrade Neto, 2025b)

financeirização dependente; a relação entre financeirização dependente e economia do conhecimento; a relação entre subimperialismo e financeirização dependente, e em seguida; a historicidade da financeirização dependente no Brasil; no México; na Argentina; e no Uruguai. A terceira seção, por sua vez, promove uma discussão destes resultados. Ao fim, considerações finais são apresentadas.

1. Metodologia

A pergunta que orientou a execução da revisão foi “quais as contribuições da literatura da TMD sobre a financeirização?”. Tal problema de pesquisa se mostra adequado a ser explorado por uma revisão sistemática pelo modo em que este procedimento ajuda a reunir, organizar e sintetizar um número amplo de obras. Neste caso, é possível promover uma certa organização para o debate da financeirização da TMD, partindo de contribuições já existentes (o que permite que a revisão seja feita; se não existissem textos a respeito, não seria possível).³ (Alami *et al.*, 2022; Reis e Antunes de Oliveira, 2021)

Não há uma maneira exata de como realizar este procedimento, mas existem recomendações como a *Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses* (PRISMA),⁴ a qual é seguida aqui. (Page *et al.*, 2021) Em relação às suas etapas, diferentes autores apontam para diferentes divisões e subdivisões, mas que, em geral, giram em torno de três movimentos: identificação/seleção, exclusão e apresentação dos resultados. A presente seção percorrerá, a seguir, pelos dois primeiros passos, enquanto a seguinte fará a apresentação dos resultados.

1.1. Identificação/seleção das fontes

A primeira parte da revisão sistemática (identificação/seleção) foi composta pela busca de fontes a partir de ferramentas de pesquisa em base de dados, com o uso de combinações de palavras-chave relevantes. O critério de inclusão principal foi a natureza da fonte: foram selecionados apenas textos publicados em periódicos,⁵ escritos em português, espanhol e inglês.⁶

Para tanto, optou-se pelo Google Acadêmico como base principal. Esta plataforma indexa não só palavras e termos contidos no título, resumos e palavras-chave, mas também o restante do conteúdo das fontes em questão, como o próprio corpo do texto. Isso naturalmente deixa os resultados das pesquisas mais abrangentes, oferecendo fontes suficientes para que a revisão seja realizada.

Entretanto, como esta plataforma não oferece um meio de extração em massa de dados, foi necessário utilizar uma ferramenta auxiliar que possibilitasse isso: o *Publish or Perish*. (Harzing, 2016) Nesse sentido, foi preciso escolher entre 10, 20, 50, 100, 500 ou 1000 resultados para a busca, dentre as opções que esse *software* oferece. Pensando em um recorte amplo mas ainda exequível, sobretudo tendo em vista que a quantidade a ser selecionada deve ser repetida para as três línguas escolhidas, optou-

³ Para mais direcionamentos e orientações sobre o que é e como realizar uma revisão sistemática, ver Figueiredo Filho *et al.* (2014) e Siddaway, Wood e Hedges (2019).

⁴ Para mais informações, ver: <<https://www.prisma-statement.org/>>.

⁵ A escolha por artigos ajuda a encontrar argumentos relevantes mais bem condensados em um espaço menor, ao contrário de teses de doutorado, por exemplo, tendo em vista a grande quantidade de material a ser analisado e lido. Tal escolha também é interessante considerando que todos os artigos, em tese, passaram por algum tipo de avaliação quando submetidos em revistas acadêmicas, o que lhes conferem mais uma camada de qualidade e rigor científico. Do mesmo modo, espera-se que tais textos dialoguem com fontes de outra natureza – livros/capítulos de livros ou teses – relevantes ao tema, o que permite um acesso de “segunda mão” a essas obras. Ademais, supõe-se que teses de doutorado foram transformadas em artigos para publicação, considerando que esta é uma prática comum e muitas vezes exigida por programas de pós-graduação.

⁶ Em relação às línguas, as justificativas de escolha do português e espanhol são mais diretas, considerando a natureza latino-americana da TMD, assim como as nacionalidades e os percursos político-acadêmicos de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Essa escolha também se relaciona com o fato de grande parte da literatura contemporânea sobre a TMD estar escrita nessas línguas. A inclusão do inglês, por sua vez, deve-se ao fato de ser a língua franca da ciência global e por ter abrigado importantes debates sobre dependência ao longo do século passado, além do recente surgimento de novas contribuições em torno da TMD nesse idioma.

se por 500 resultados; isto é, 500 em português, 500 em inglês e 500 em espanhol, totalizando 1500 resultados.

No que diz respeito às escolhas de combinações de palavras-chave utilizadas para pesquisa, o raciocínio foi o seguinte. Os temas em discussão são dois: financeirização e TMD. Partindo disso, existem dois “lados” para a pesquisa, os quais são unidos pelo comando *AND* na ferramenta de busca: (“financeirização”) *AND* (“teoria marxista da dependência”).

A partir disso, acrescentaram-se outros termos que se relacionam a cada “lado” da pesquisa. Portanto, a pesquisa foi feita do seguinte modo: (“financeirização” *OR* “capital fictício”) *AND* (“transferência de valor” *OR* “superexploração da força de trabalho” *OR* “subimperialismo” *OR* “teoria marxista da dependência” *OR* “teoria da dependência”).

No caso da busca em inglês, para além da tradução dos termos, pequenas alterações foram feitas. Nela, também se buscou por “*superexploitation of labour*” e “*superexploitation of labor*”, por exemplo, considerando diferenças entre o inglês usado na Inglaterra e nos Estados Unidos. A busca, então, ficou dessa forma: (“*financialization*” *OR* “*fictitious capital*” *OR* “*financialization*”) *AND* (“*value transfer*” *OR* “*superexploitation of labor*” *OR* “*superexploitation of labour*” *OR* “*subimperialism*” *OR* “*marxist dependency theory*” *OR* “*dependency theory*”). Em espanhol, assim: (“*financiarización*” *OR* “*capital ficticio*”) *AND* (“*transferencia de valor*” *OR* “*superexplotación de la fuerza de trabajo*” *OR* “*subimperialismo*” *OR* “*teoría marxista de la dependencia*” *OR* “*teoría de la dependencia*”).

A escolha dos termos de busca referentes à TMD foi feita com base nas categorias expostas por Marini na *Dialética da Dependência* (superexploração da força de trabalho, transferência de valor, cisão nos ciclos do capital, subimperialismo), considerando que são as comumente mais utilizadas na literatura da TMD em geral. (Marini, [1973] 2022) A escolha por não buscar por “dependência” se faz por esse ser um conceito utilizado de diversas maneiras por diferentes vertentes teóricas. Ou seja, ao omiti-lo, minimizou-se a possibilidade de textos alheios à TMD serem incluídos nos resultados da busca. Do lado da financeirização, não se buscou por “capital financeiro” ou “finanças”, o que poderia trazer, igualmente, muitos resultados alheios, e delimitou-se o uso do termo “capital fictício” haja vista sua centralidade na financeirização. (Mollo, Dourado e Paraná, 2022; Palludeto e Rossi, 2022; Raposo, 2023)

1.2. Processo de exclusão

Feitas as buscas no Google Acadêmico via *Publish or Perish*,⁷ passa-se para a segunda parte, de exclusão de resultados dentre a amostra de 1500 textos. Inicialmente, foram retiradas duplicatas e publicações fora do formato de artigos publicados em periódicos. Em caso de uma mesma publicação feita em duas línguas diferentes, a preferência foi dada para versões escritas em português ou espanhol, nessa ordem.

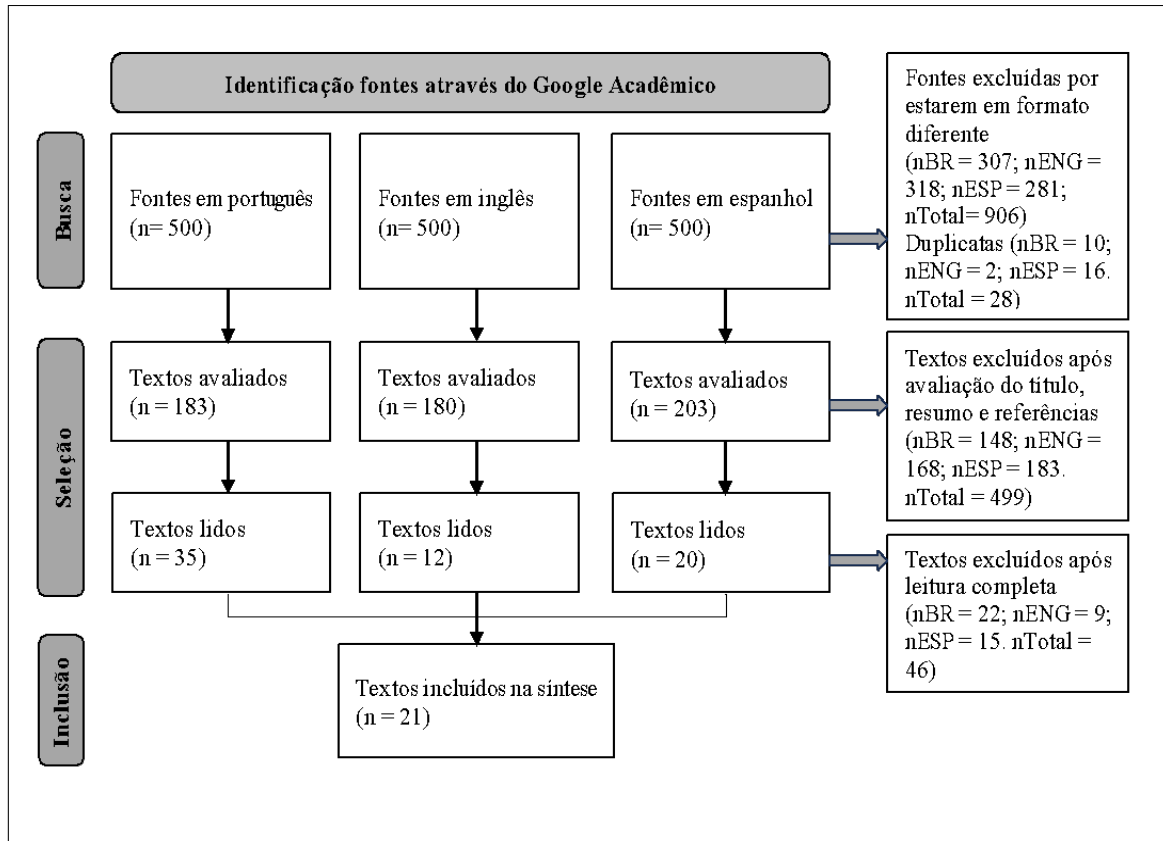
Depois, verificou-se a pertinência dos artigos para o objetivo em questão; para tanto, foram checados seus resumos e as referências bibliográficas. Aqui, foram excluídos textos que fugiam da temática em questão (financeirização + TMD) ou que abordavam questões tangentes, mas não iguais ao objetivo (ex.: neoliberalismo + dependência), ou que não dialogavam com a TMD de fato, utilizando-se de outros autores (ex.: discutindo “dependência”, mas com base em Celso Furtado ou Florestan Fernandes).

Feita a avaliação inicial dos resumos e referências bibliográficas, procedeu-se para uma etapa de leitura completa dos resultados restantes. Com isso, foram mantidos apenas textos que tinham contribuições substantivas para o debate em questão. Portanto, excluíram-se obras que apenas citavam ou comentavam de forma breve questões relativas à financeirização e a TMD e/ou suas categorias.

Percorridos esses passos, restaram 21 textos, que representam a amostra final da revisão sistemática. A Figura 1 expressa o fluxo completo realizado.

⁷ Os dados brutos dos resultados estão disponíveis online, para consulta, na plataforma *Open Science Framework*. (Andrade Neto, 2024)

Figura 1



Fonte: elaboração própria, com base em indicações da PRISMA (Page *et al.*, 2021) e pesquisas no Google Acadêmico.

2. Resultados

Os 21 textos sintetizados são: Amaral (2013); Amaral e Duarte (2010); Araújo (2023); Brettas (2017; 2020); Cantamutto e Féliz (2021); Cantamutto e Schorr (2016); Carcanholo (2008); Cardoso e Teixeira (2023); Camila Ferreira (2023); Poliana García Ferreira (2016); Martins (2018); Nogueira (2016); Nunes (2023); Oliveira e Filgueiras (2020); Patrón (2014); Paulani (2022); Raposo, Almeida Filho e Amaral (2022); Reis e Antunes de Oliveira (2021); Rodrigues *et al.* (2023); e Valencia (2007).

De modo geral, os resultados encontrados convergem no apontamento de que o espraiamento da financeirização para a periferia do capitalismo marca uma nova periodização da dependência. (Amaral, 2013; Amaral e Duarte, 2010; Carcanholo, 2008; Cardoso e Teixeira, 2023; Paulani, 2022; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022; Reis e Antunes de Oliveira, 2021; Rodrigues *et al.*, 2023) Essa nova fase é nomeada, por exemplo, como um novo anel na espiral da dependência (Araújo, 2023; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022), dependência 4.0 (Paulani, 2022), fase neoliberal da dependência (Amaral e Duarte, 2010; Nogueira, 2016)⁸ e dependência financeirizada (Reis e Antunes de Oliveira, 2021). A seguir, exploram-se temáticas e problemáticas mais específicas dentre a literatura sintetizada.

2.1. Entendimentos sobre financeirização

Diversas noções acerca da financeirização são vistas nestas obras. Paulani a define como o predomínio da acumulação financeira sobre a acumulação produtiva. (Paulani, 2022, p. 84-86) Esse movimento se associa com a expansão do capital portador de juros e a formação de grandes blocos de capital, cujos atores estão conectados

⁸ Tais autores, dentre outros (Araújo, 2023; Brettas, 2017; Carcanholo, 2008; Cardoso e Teixeira, 2023; Paulani, 2022), atrelam essa nova fase da dependência mais ao neoliberalismo que à financeirização, em que essa última seria apenas uma característica dentro dessa fase caracterizada pela primeira, assim como a globalização e a reconfiguração das cadeias globais de valor.

com a lógica contemporânea do imperialismo. A despeito disso, o que é mais central para a autora é a forma como a financeirização expressa o predomínio de ganhos derivados do capital como propriedade (juros, dividendos) sobre os ganhos do capital em função (indústria, comércio) na acumulação global do capital. Martins, por outro lado, ressalta como a expansão da acumulação fictícia se relaciona intimamente com a revolução tecnocientífica. (Martins, 2018) Tais avanços tecnológicos acabam por reduzir a massa de valor representada pela força de trabalho, diminuindo a produção de mais-valor. Desse modo, a financeirização se apresenta como um modo de resolver essa contradição entre aumento de produtividade e produção de valor – expressas na lei da tendência à queda da taxa de lucro (Marx, [1894] 2017) – ao trazer a expectativa de produzir mais-valor sem mediação do trabalho. Para isso, reduz-se demanda e valor dos segmentos produtores de bens de consumo necessários, e transfere-os ao setor de bens suntuários. (Martins, 2018, p. 477)

Amaral, por sua vez, caracteriza a financeirização como a “predominância de um tipo de acumulação e reprodução de capital que tem na sua dianteira a esfera financeira, ou, usando categorias marxistas, a forma capital portador de juros e sua forma autonomizada, o capital fictício”. (Amaral, 2013, p. 86) Ressalta o caráter solucionista do processo frente às manifestações da crise estrutural do capitalismo dos anos 1960-1970 e a centralidade da expropriação financeira dos salários em seu funcionamento. Raposo, Almeida Filho e Amaral definem a financeirização como uma mudança estrutural e sistêmica do capitalismo, oriunda de transformações no sistema desde o fim da Segunda Guerra Mundial. (Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 171) A partir disso, entende-se que a lógica de acumulação financeirizada passou a dirigir a reprodução do capital em escala global, gerando efeitos particulares para os países dependentes. Delimitam um entendimento sobre o capital fictício como um capital do presente constituído por uma expectativa de apropriação sobre um valor futuro, que pode ser produzido ou não. Ressaltam como ele não cria valor, mas se apropria de mais-valor que pode ou não existir. (Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 172) De forma semelhante, Reis e Antunes de Oliveira definem a financeirização como um novo padrão de acumulação gerado desde os anos 1970, no qual a riqueza capitalista passa a ser cada vez mais produzida em termos financeiros e fictícios, ao invés de meios comerciais e produtivos. (Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 516-518) Desse modo, também apontam para a predominância da lógica da acumulação financeira na reprodução global do capital. E assim como Amaral (2013), enfatizam a centralidade de formas de expropriação financeira, bem como a maneira através da qual a financeirização se manifesta de modos diferentes em diferentes países, com uma caracterização diferenciada em países periféricos.

Partindo para outra perspectiva, Amaral e Duarte abordam a financeirização a partir da relação entre finanças e produção, na qual a segunda está subordinada à primeira, gerando, segundo os autores, três consequências: 1) tendência à estagnação das economias; 2) a maior recorrência de crises; 3) a intensificação da concentração de riqueza e o aumento da miséria. (Amaral e Duarte, 2012, p. 123-126) Ademais, periodizam a financeirização como um fenômeno dos anos 1970 gestado em confronto às condições de crise no capitalismo global. Entretanto, demarcam que é apenas na década de 1990 que se inaugura a fase financeirizada da dependência. Mais diretamente, Brettas destaca o sentido qualitativo do aumento quantitativo dos fluxos financeiros e de seus rendimentos. (Brettas, 2017, p. 63) Isso reside em como a financeirização reorganiza a produção, isto é, a base da geração de valor. Por fim, Cardoso e Teixeira enxergam a financeirização sob um prisma imbricado com o neoliberalismo, os quais geram efeitos em diversos níveis da realidade concreta. (Cardoso e Teixeira, 2023) Enfatizam como as condições do mundo do trabalho são deterioradas a partir dos processos de precarização, terceirização e flexibilização, mas também como há aceleração de privatizações e desindustrialização. Apontam que isso parte da “neoliberalização do capital financeiro” (Cardoso e Teixeira, 2023, p. 10), e que

a nova fase do capitalismo é predatória, pois, ao permanecer acumulando por meio de altas taxas de lucros, gera o capital fictício alimentado pela especulação, na busca de construir continuamente mecanismos de expansão financeira e de expropriação do trabalho e dos bens públicos. Nessa perspectiva, a hegemonia do capital financeiro ocasiona mudanças profundas e concretas, não somente na base de lucro, alimentando-se dos mecanismos tradicionais de geração e apropriação de sobretrabalho, mas também nas novas formas violentas de expropriação, desvalorização e crise fi-

nanceira, o que alimenta as saídas neoliberais como as únicas possíveis diante das constantes crises econômicas, políticas e sociais. (Cardoso e Teixeira, 2023, p. 11)

Para resumir, podem ser apontados alguns eixos comuns nestas definições. Amaral (2013), Raposo, Almeida Filho e Amaral (2022) e Reis e Antunes de Oliveira (2021) entendem a financeirização como um padrão de acumulação em que há uma predominância da lógica financeirizada frente à produtiva, que emerge entre os anos 1960-1970 no capitalismo global, reestruturando seu funcionamento. Assim, dão uma ênfase histórico-estrutural ao debate. Em Amaral (2013) há uma marcação mais explícita de que este movimento configura uma solução para a crise do capital nos anos 1960-1970, questão também vista em Amaral e Duarte (2010). Martins também fala em “solução”, mas de maneira diferente e mais detalhada, ao apontar como isso se relaciona com a revolução tecnocientífica, sendo a financeirização o processo que contrabalança a tendência da queda da taxa de lucro intensificada por esta revolução. (Martins, 2018) Estas três obras, portanto, enfatizam a financeirização como uma mudança na acumulação capitalista que soluciona entraves encontrados em sua própria lógica. Por fim, podem-se apontar outras três que, ainda que sigam alguns sentidos de outras obras já citadas, acrescentam pontos particulares à discussão. Paulani segue o entendimento sobre predominância da lógica financeira à produtiva, mas delimita uma preocupação mais explícita sobre a ideia de capital de propriedade e capital em função. (Paulani, 2022) Pode-se dizer que Brettas também apreende um sentido de predominância de uma à outra e de uma reestruturação do capitalismo, mas à sua maneira, enfatizando a relação entre quantitatividade e qualitatividade na financeirização. (Brettas, 2017) Cardoso e Teixeira destoam ao relacionarem a financeirização de forma imbricada com o neoliberalismo bem como por enfatizar suas consequências deletérias em níveis mais concretos. (Cardoso e Teixeira, 2023)

2.2. História da financeirização dependente

Falando especificamente da historicidade da financeirização no capitalismo dependente, aponta-se que a maneira como a financeirização se espalhou para os países dependentes reforça suas posições subordinadas na economia global desde o início desse processo. Isso começou a ser gestado nos anos 1970, quando diversos países latino-americanos se endividaram por meio de empréstimos internacionais, aproveitando a alta liquidez global de capitais gerada pela reciclagem dos “petrodólares”. Em 1979, a financeirização periférica tomou contornos definitivos com o “choque dos juros” nos Estados Unidos da América (EUA). A partir disso, as dívidas contraídas durante aquela década atingiram níveis insustentáveis, culminando na conhecida “crise da dívida externa” dos países latino-americanos. O movimento de rolagem dessas dívidas fez com que houvesse uma contínua necessidade de atração de capital externo nas economias dependentes, que se apresentavam a estas principalmente sob formas financeirizadas, notadamente na forma de capitais fictícios. Por outro lado, as décadas de 1980 e 1990 marcaram uma transição para uma fase mais intensa da promoção da financeirização na periferia. Isso se caracteriza pelo fato de que os países periféricos promoveram diversas contrarreformas de teor neoliberal (abertura de mercados de capitais, desregulamentações financeiras, privatizações etc.) que, em suma, facilitaram a reprodução de formas financeiras e fictícias nestes ambientes. Tais medidas, baseadas nos diagnósticos do Consenso de Washington – e impostas por Organizações Internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, como condições para a renegociação das dívidas e contração de novos empréstimos –, foram executadas de modo alinhado ao combate à alta inflação então vivida naqueles países, sobretudo na ideia de controlá-la através da manutenção de taxas de juros elevadas. Ou seja: o próprio modo com que se buscava o combate à alta inflação se coadunava com a promoção da financeirização. (Amaral, 2013, p. 90; Amaral e Duarte, 2010, p. 127-128; Nogueira, 2016, p. 77; Paulani, 2022, p. 89; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 175-176; Valencia, 2007, p. 34-35) E nesse contexto, ressalta-se como o espraiamento da financeirização ao capitalismo dependente foi essencial para a reação capitalista global à crise dos anos 1970. (Carcanholo, 2008, p. 251-252; Brettas, 2020, p. 9) Como é resumido por Brettas,

[a] queda das taxas de lucro dos países imperialistas, em virtude da crise capitalista nos anos 1970/80, teve como resposta uma maior apropriação de riquezas no exterior, com destaque para a pilhagem do fundo público via a dívida pública dos países dependentes. Esta saída reforçou o imperialismo

estadunidense e aprofundou as desigualdades regionais, por meio de mecanismos de transferência de valor do Sul para o Norte. (Brettas, 2020, p. 9)

Nessa nova fase da dependência, uma particularidade importante diz respeito a como a dívida pública tem um papel central em promover a financeirização nos países periféricos. O contínuo endividamento destes países foi capitalizado com base em altas taxas de juros, tornando seus títulos atraentes para investidores globais. (Araújo, 2023, p. 10-12; Brettas, 2017, p. 64; Martins, 2018, p. 477; Reis e Antunes de Oliveira, 2021) Isso se diferencia do processo visto em países centrais, em que a centralidade da financeirização reside nos mercados de capitais, pautados por baixos juros. (Brettas, 2017, p. 64)

Desse modo, a presença de um Estado “máximo” é importante nesse contexto para realizar contrarreformas e medidas de teor neoliberal, as quais possibilitam e promovem a financeirização na periferia. Com isso, o fundo público é sempre manejado a fim de garantir a manutenção e reprodução de espaços de acumulação financeirizada. (Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 177) Ademais, cumpre lembrar do crescente papel do Estado como “salvador” de empresas financeiras. (Nunes, 2023, p. 19)

2.3. Transferência de valor e superexploração da força de trabalho frente à financeirização

Diante da historicidade ressaltada, argumenta-se que o mecanismo da transferência de valor se intensifica através de formas financeiras e fictícias – como juros, dividendos, amortizações do serviço da dívida, assim como pelo pagamento pela utilização de mercadorias-conhecimento – ganhando maior importância relativa em comparação às formas comerciais. (Amaral, 2013, p. 91; Amaral e Duarte, 2010, p. 123; Araújo, 2023, p. 5; Carcanholo, 2008, p. 255; Oliveira e Filgueiras, 2020; Paulani, 2022, p. 92-93; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 177-178) Em outras palavras, nesta fase da dependência intensificam-se os fluxos de transferências relativos à rentabilidade do capital como direito, propriedade (rentismo) e não como capital em função (investido em indústria, comércio). (Paulani, 2022, p. 93)

Isso impacta a superexploração da força de trabalho, pois acaba exigindo um maior nível de compensação na acumulação “interna” frente às perdas “externas”. (Amaral e Duarte, 2010, p. 134) Nogueira argumenta que passam a ocorrer crescentes dificuldades para gerar valor ou riqueza social a partir do início da predominância do capital fictício sobre o capital produtivo. (Nogueira, 2016, p. 77) Como resposta, recorre-se à superexploração da força de trabalho para recuperar os lucros perdidos. Em sentido semelhante, aponta-se para como a crescente dificuldade de produção de valor, frente ao aumento da composição orgânica do capital causado pelas inovações tecnológicas, impele à intensificação da superexploração como alternativa compensatória. (Martins, 2018, p. 477; Valencia, 2007, p. 36-37)

Por outro lado, a financeirização também afeta a superexploração da força de trabalho a partir da chamada “expropriação financeira”. Isto é, pelo modo como as despesas financeiras no âmbito familiar – que crescem e passam a ser mais comuns com a financeirização – rebaixam ainda mais o já precário nível de consumo dos trabalhadores, comprometendo a reprodução das condições físicas, psíquicas e materiais necessárias para a reposição da sua força de trabalho. (Brettas, 2017; Ferreira, 2023; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 177; Reis e Antunes de Oliveira, 2021)

2.4. Especificidades da financeirização dependente

Tendo em vista as questões delineadas nas subseções anteriores, afirma-se que o processo de financeirização teve origem e se reproduz de maneira distinta nos países dependentes em comparação aos países centrais, devido às suas particularidades estruturais prévias e à sua inserção subordinada no circuito global de acumulação financeirizada, consolidado a partir da década de 1970. (Amaral, 2013, p. 90; Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 517) Uma consequência dessa subordinação – e que se caracteriza como uma especificidade do processo na região – é o engendramento de uma crescente vulnerabilidade externa dos países periféricos, decorrente da necessidade estrutural de atrair capitais para corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos, complexificando o estrangulamento externo e a fragilidade fiscal das economias em questão. (Amaral e Duarte, 2010, p. 125)

Nesse contexto, uma outra diferenciação essencial da financeirização no capitalismo dependente diz respeito à posição subordinada das moedas dos países latino-

americanos na chamada hierarquia monetária do sistema monetário e financeiro global. Com o dólar na posição suprema, e os EUA como importadores de capitais, as economias periféricas têm a necessidade de manter grandes reservas internacionais em dólar (para se protegerem de flutuações na economia internacional e diminuir os custos associados à transferência de lucros e dividendos) e altas taxas de juros (para atrair capitais internacionais). (Nunes, 2023, p. 19; Paulani, 2022, p. 95; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 177-178; Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 517) Percebe-se como esta é uma dinâmica complicada, pois

o preço do acesso aos capitais internacionais é o comprometimento cada vez maior do valor novo internamente produzido com a remuneração desses capitais, o que vai gerando, por sua vez, um aumento da necessidade dessa mesma poupança para manter o equilíbrio das contas externas e assim por diante. (Paulani, 2022, p. 95)

Apontamentos de Amaral e Duarte (2010) ajudam a ilustrar o ciclo vicioso que se engendra com essa dinâmica. Entende-se que com o aumento dos juros para atrair capitais fictícios de curto prazo, a dívida interna cresce, e os investimentos produtivos e o consumo interno do país são desestimulados. A constante deterioração dessas condições aponta para, cada vez mais, a manutenção de superávits primários – para o pagamento dos juros da dívida e amortizações, assim como para restaurar a confiança na capacidade de pagamento destas dívidas –, diminuindo a capacidade de promover gastos públicos em áreas essenciais. Nesse contexto, a sustentação excessiva na arrecadação financeira e fictícia faz com que tais Estados dependentes fiquem altamente suscetíveis às oscilações da economia global. E quando momentos de crise ocorrem, todas as questões citadas são agravadas em um curto período, frente ao pânico causado pela fuga de capitais que se instaura. (Amaral e Duarte, 2010, p. 132-133)

Diante disso, Paulani (2022, p. 95) argumenta que a principal consequência dos países dependentes de estarem nesse ciclo vicioso não é o aumento da transferência de valor, por exemplo, mas

a coação permanente que sofrem esses países, na competição global pelos ditos investimentos, quanto à forma de gerir sua política macroeconômica. Só os países “bem-comportados”, aqueles que “fazem toda a lição de casa, é que são devidamente contemplados”. (Paulani, 2022, p. 95)

Em outras palavras, há um certo estrangulamento do Estado nessa dinâmica, fazendo com que sua soberania e autonomia sejam minadas, comprometendo a capacidade de operar políticas fiscais e monetárias. (Amaral e Duarte, 2010, p. 132-133; Nunes, 2023, p. 18) Além da transferência de valor, ocorre a reprodução de um processo de subordinação que é essencial para a manutenção do funcionamento “normal” das políticas econômicas nesse contexto.

Ainda sobre os aspectos de diferenciação e especificidade da financeirização na periferia, Carcanholo aponta que há um resultado particular na combinação entre acumulação fictícia e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, gerando o que ele chama de “acumulação virtuosa” e “acumulação travada”. (Carcanholo, 2008, p. 261-262) Como afirma o autor, quando a massa de mais-valor gerada pela superexploração da força de trabalho é apropriada em maior proporção pelo capital produtivo, há uma aceleração na acumulação de capital, o que configura uma acumulação virtuosa. Por outro lado, quando esse mais-valor é apropriado mais em termos financeiros e fictícios, isso gera um incentivo aos capitais produtivos se deslocarem da produção, e irem para a esfera fictícia. Isso significa, portanto, que se reduz a produção de valor, reduzindo a taxa de lucro produtiva, o que configura aquilo que chama de acumulação de capital travada. Um exemplo dessa dinâmica seria a experiência dos países latino-americanos na década de 1990:

Nos poucos períodos em que o capital fictício foi funcional à acumulação de capital, acelerando sua rotação e financiando investimentos produtivos, as economias apresentaram um leve crescimento. Entretanto, durante a maior parte do período, a região apresentou uma dinâmica de acumulação de capital travada, de forma que a elevação da taxa de mais-valia por intermédio da superexploração da força de trabalho não se transformou em maior ritmo de acumulação de capital, porque a apropriação financeira pelo capital fictício reduziu as taxas de lucro do capital produtivo, principal incentivo para a acumulação de capital. A década mais do que perdida para a região, como ficou conhecido o período, combinou superexploração da força de trabalho com acumulação de capital travada. (Carcanholo, 2008, p. 262)

Nesse sentido, Raposo, Almeida Filho e Amaral lembram que a sustentação da acumulação capitalista em formas fictícias gera uma tendência estrutural às crises. (Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022, p. 178) No contexto do capitalismo dependente, esses momentos tornam-se ainda mais graves devido ao aumento da vulnerabilidade externa característica dessa etapa contemporânea da dependência. Exemplos notáveis são – mais uma vez – as crises financeiras vividas no México em 1994, no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001. Nessas situações, há uma redução na produção de valor, o que leva a um aumento da superexploração do trabalho como resposta, intensificando as desigualdades existentes nestas sociedades.

Desse modo, tem-se que a combinação dos demais fatores ressaltados dentre essa nova fase da dependência coadunam para o fato de que as mazelas dos países periféricos se intensificam. As economias da região passam a conviver com mais instabilidade (Nunes, 2023, p. 18), crises e ciclos de desindustrialização. (Valencia, 2007, p. 36-37) Portanto, a crescente pauperização e deterioração das condições de trabalho, resultados da superexploração, passam a sofrer crescentes pressões a partir da maior recorrência de crises provindas do processo da financeirização. (Nogueira, 2016, p. 77)

2.5. Financeirização dependente e economia do conhecimento

No que diz respeito às mercadorias-conhecimento,⁹ Oliveira e Filgueiras (2020, p. 374) trazem considerações sobre como se relacionam com a financeirização e, partindo disso, suas implicações para a dependência. Primeiro, explicitam como o próprio financiamento de mercados do conhecimento e da informação, nos anos 1980, foi feito com ajuda da grande liquidez financeira existente ao longo da década de 1970. Para além dessa contribuição da financeirização para os mercados de tecnologia, existe uma contribuição inversa. Argumenta-se que

a própria financeirização é alimentada pelo crescimento do processo de “imaterialização” dos ativos das empresas. Essa lógica é basicamente a seguinte: quanto maior for a redução com o custo com a força de trabalho e quanto maior a capacidade de determinação de preços de monopólio – essa dupla capacidade atinge seu ápice com as mercadorias-conhecimento –, maior será a rentabilidade da empresa, o que, por sua vez, cria as bases para uma maior valorização dos seus ativos financeiros. Essa é uma espiral “sem fim”: quanto maior a liquidez proporcionada pelos mercados financeiros, maior a capacidade de investimento em ativos imateriais protegidos por Direitos de Propriedade Intelectual. (Oliveira e Filgueiras, 2020, p. 374)

Portanto, existe uma espécie de retroalimentação altamente rentável entre as mercadorias-conhecimento e o capital fictício, na qual essa relação impulsiona progressivamente a financeirização e a mercantilização do conhecimento.

No entanto, considerando que grande parte das mercadorias-conhecimento utilizadas globalmente são monopólios de empresas que residem em países imperialistas, aponta-se que sua absorção pelas economias dependentes configura uma transferência de valor. Isso se intensifica a partir dos anos 1980 em diante, pelo impulsionamento da produção de mercadorias-conhecimento feito pelos mercados financeiros. Ou seja, estabelece-se uma relação não tão direta entre renda-conhecimento, financeirização e transferência de valor: diz respeito a como a financeirização impulsiona as mercadorias-conhecimento, que por sua vez, ficam mais dominantes, e acabam por compor mais e mais a transferência de valor dos países periféricos, que não detêm o monopólio da produção destas mercadorias. (Oliveira e Filgueiras, 2020, p. 361-362)

Os autores ainda apontam que “a Economia do Conhecimento renova e aprofunda a natureza dependente do capitalismo periférico e acaba por reproduzir historicamente o processo de superexploração da força de trabalho” (Oliveira e Filgueiras, 2020, p. 362), porém não abordam detalhadamente esta última categoria. A partir de Paulani, é possível traçar uma noção sobre essa dinâmica. (Paulani, 2022) Partindo do

⁹ Partindo do exemplo dos autores, o mercado das mercadorias-conhecimento, entendido de maneira ampla, é composto por “[t]odo o universo dos softwares, como sistemas operacionais, dados, automação industrial e serviços em nuvem, franquias e pacotes de dados de internet, artigos acadêmicos, códigos genéticos e outros resultados da pesquisa científica básica, fórmulas químicas na indústria farmacêutica, bens da indústria de direitos autorais, da comunicação, cultural e do entretenimento, como filmes, séries, jogos esportivos, *games*, programas de TV, músicas e outras mercadorias (desde que estejam digitalizadas), serviços financeiros digitais, entre muitos outros”. (Oliveira e Filgueiras, 2020, p. 360, nota de rodapé 1)

entendimento de que há uma relação imbricada entre renda-conhecimento e financeirização, a autora argumenta que a chamada “economia de plataforma” – constituída através de empresas baseadas em aplicativos como Uber, iFood etc. – intensifica a superexploração da força de trabalho na periferia. (Paulani, 2022, p. 94) Ou seja – mais uma vez, de modo não tão direto – a financeirização intensifica aspectos da dependência, nesse caso, a superexploração da força de trabalho via formas específicas de mercadorias-conhecimento. Isso se faz considerando que estas plataformas se apropriam de mão de obra barata na periferia sem vínculos trabalhistas, a qual passa por jornadas intensas e extensas de trabalho, com pouca remuneração – o que parece combinar os três mecanismos de superexploração da força de trabalho apontados por Marini ([1973] 2022).¹⁰

2.6. *Subimperialismo e financeirização dependente*

A relação do subimperialismo – que na América Latina é empreendido pelo Brasil, como já apontava Marini ([1973] 2022) – com a financeirização é vista de diferentes maneiras. Martins (2018, p. 477-479) aponta que o projeto subimperialista de exportação de capitais é comprometido pela financeirização a partir dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), pois a transferência de valor se intensificou, reduzindo a capacidade interna de lançar investimentos ao exterior. Isso só seria revertido nos anos 2000 com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), através do alavancamento de setores industriais os quais contribuíram para uma projeção subimperialista, em sentido comercial e financeiro, não só na América do Sul, mas também no Caribe e na África.

Por sua vez, Amaral sugere que o subimperialismo

parece se recolocar no atual momento histórico, particularmente no que se refere ao processo de internacionalização de capitais brasileiros, tanto pela via da compra de ações de empresas latino-americanas conduzidas com capital de origem nacional, quanto através dos processos de fusão e aquisição de firmas ou através de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's) brasileiros na América Latina, procedimentos claramente acoplados à lógica da financeirização. (Amaral, 2012, p. 92)

De modo semelhante, Poliana Ferreira – observando dados de investimento em carteira e ações feitos pelo Brasil – argumenta que os bens financeiros e fictícios se apresentam para o país como uma forma de investimento subimperialista, que permite a transferência, ao seu favor, de valor criado em outras economias. (Ferreira, 2016, p. 97) Assim, entende que o subimperialismo ganha projeção com a financeirização.

2.7. *A financeirização dependente no Brasil*¹¹

Partindo para discutir os percursos históricos-políticos-econômicos de alguns países da América Latina, começando pelo Brasil, tem-se que o processo da financeirização no país reflete a história de como as classes dominantes-dominadas locais transitaram de uma

estratégia de acumulação baseada no acesso preferencial a um mercado doméstico significativo, porém estruturalmente limitado, para uma estratégia voltada para finanças e exportações, fundamentada na atração de influxos de capital internacional, no agronegócio, nas exportações de minerais e no consumo financeirizado.¹² (Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 518; tradução nossa)

Isso marcou o fim do tradicional desenvolvimentismo pautado no sistema de substituição de importações, em questão desde os anos 1940. Porém, aponta-se que essa transição para um regime de acumulação financeirizado não foi suave e nem está

¹⁰ Estes seriam: 1) o aumento da intensidade do trabalho; 2) o prolongamento da jornada de trabalho; e 3) a redução do consumo do operário para além de seu limite normal. (Marini, [1973] 2022, p. 186)

¹¹ Reconhece-se a sobre-representação do Brasil dentre a literatura sintetizada. A próxima seção traz considerações acerca disso.

¹² Do original: “accumulation strategy based on preferential access to a sizeable but structurally limited domestic market to a finance and export-oriented strategy, based on the attraction of international capital inflows, agribusiness and mineral exports, and financialized consumption”

terminada. (Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 518) Os autores ressaltam como o golpe parlamentar de 2016 – que culminou no impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (2015-2016) – foi um momento chave dessa historicidade: os próprios setores neodesenvolvimentistas preferiram romper com o governo, em direção a um regime político mais favorável à acumulação financeirizada.¹³ Em suma, “quatro décadas de financeirização alteraram a estratégia de reprodução das classes dominantes-dominadas brasileiras, colocando as condições favoráveis à acumulação financeirizada no topo de suas prioridades”.¹⁴ (Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 522; tradução nossa)

Nessa historicidade, os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-1998 e 1999-2002) foram centrais na gestão da dívida pública como um mecanismo promotor da financeirização. O Plano Real (desenvolvido no governo Itamar e gerenciado nos governos FHC) é ressaltado como um grande impulsionador desta dinâmica, por ter criado e reproduzido um ambiente fértil para a acumulação financeirizada. Nesse contexto, é importante ressaltar que durante o segundo governo FHC a dívida pública subiu de 50%/PIB para 78%/PIB. Por outro lado, os governos do PT nos anos 2000 são destacados nesse âmbito por promoverem a financeirização da saúde, educação, moradia e assistência social, assim como pela grande oferta de crédito, em que a partir disso, houve aumento da composição de gastos financeiros no consumo individual/familiar. (Paulani, 2022, p. 98-100; Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 519-521)

Todo esse cenário da financeirização levou à realização de grandes mudanças na gestão do fundo público brasileiro. Destaca-se a criação do Fundo Social de Emergência em 1994 – que passou a ser chamado de Desvinculação de Receitas da União (DRU) a partir de 2000 – como um meio institucional de garantir o pagamento dos compromissos da dívida pública, possibilitando o sacrifício de bens destinados a políticas sociais etc., caso necessário. (Brettas, 2017, p. 64)

Indiretamente, aponta-se para uma relação entre a apropriação financeira do fundo público com a superexploração do trabalho. Visto que o fundo público é crescentemente direcionado ao serviço da dívida, entra em jogo o aumento da arrecadação tributária para balancear essa transferência. Acontece que o sistema tributário brasileiro é altamente regressivo, em que os salários têm grande peso relativo; portanto, um aumento da tributação afeta mais a classe trabalhadora. (Brettas, 2017, p. 65) Desse modo, a apropriação financeira do fundo público é compensada com a tributação, que se apropria de parte da capacidade de consumo do trabalhador, reduzindo ainda mais a capacidade da reprodução de sua força de trabalho, leia-se, intensifica a superexploração.

Diante desse contexto de financeirização, o Estado brasileiro promove privatizações e medidas de austeridade fiscal como mecanismos para perpetuar a apropriação financeira dos recursos públicos. Assim, atua de acordo com uma suposta crise fiscal permanente, em nome do pagamento da dívida. (Brettas, 2017, p. 66; 2020, p. 11) A austeridade e o subfinanciamento de áreas essenciais reforçam a ideia de que o Estado deve buscar parcerias com o setor privado para oferecer serviços públicos. Com a redução de investimentos, o Estado se retira de áreas que passam a ser ocupadas pelo setor privado. Nessa relação, é crucial destacar como essa dinâmica reflete uma reconfiguração do fundo público frente à financeirização, especialmente no que diz respeito ao crescente papel da dívida pública nos gastos estatais, caracterizando uma mudança qualitativa. (Brettas, 2020, p. 11)

Em face dessas questões, aponta-se que os gastos em políticas sociais são reduzidos. (Araújo, 2023; Brettas, 2017; 2020) É nesse sentido que, segundo Araújo, é possível apontar para a existência de uma cisão entre a produção e as necessidades sociais, considerando que o fundo público passa a ser apropriado em favor da remuneração da dívida pública e não de investimentos sociais. (Araújo, 2026, p. 8-9)

Entretanto, nos primeiros governos Lula (2003-2008 e 2009-2012) uma saída foi encontrada para garantir e ampliar as políticas sociais: a financeirização destas políticas. Como é resumido,

¹³ Como foi o caso do governo interino de Michel Temer (2016-2018), e do próximo governo eleito, de Jair Bolsonaro (2019-2022).

¹⁴ Do original: “four decades of financialization have changed the reproduction strategy of Brazilian dominated dominant classes, placing favourable conditions for financialized accumulation at the very top or their priority list”

Este fenômeno aparece como forma de viabilizar uma reconfiguração em que seja possível garantir a prestação de serviços públicos – e, portanto, não desconsidera as demandas da classe trabalhadora – ao mesmo tempo em que viabiliza o atendimento às exigências do capital. Em outras palavras, este processo atualiza a forma como se expressa a inerente contradição das políticas sociais, adequando o desenho dessas às novas demandas da acumulação. (Brettas, 2017, p. 66-67)

Esses processos são uma característica importante da maneira como a financeirização se instaura no Brasil e se reproduz até hoje. Brettas defende que o carro-chefe da financeirização das políticas sociais no país é a Previdência Social. (Brettas, 2017, p. 67) As contrarreformas aprovadas nesse âmbito em 1998, 2003 e 2013 descaracterizaram em muito o sentido da Previdência existente originalmente na Constituição Federal de 1988, favorecendo a Previdência Privada (Previdência Complementar). Acontece que este modo de contribuição disponibiliza os recursos previdenciários para investimentos financeirizados. Ou seja: desmonta-se a Previdência Pública, o que acaba por favorecer a Previdência Privada, a qual é altamente financeirizada.

No que diz respeito à política habitacional, o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) incentiva o mercado com a construção de moradias e estimula o crédito imobiliário. A partir desse programa, o Estado se compromete a comprar a propriedade, isentando os bancos privados (que intermedeiam a operação) aos riscos inerentes à transação. Assim, o fundo público é utilizado para estimular o sistema de crédito. Cumpre notar que isso se dá não só na compra das moradias, mas também de móveis e eletrodomésticos para os beneficiários do programa. (Brettas, 2017, p. 71)

O âmbito da saúde é afetado a partir do subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa questão acaba por ampliar cada vez mais a participação do setor privado no fornecimento de serviços de saúde no país, os quais possuem grande participação de capital estrangeiro e concentram-se em grandes monopólios, que por sua vez são financeirizados. Portanto, a dominância privada na saúde implica que uma grande parte da população utiliza um serviço essencial regido por uma lógica financeirizada, seja em termos de gestão ou a partir do atrelamento a oscilações acionárias. (Rodrigues et al., 2023, p. 7)

De forma semelhante, a educação pública sofre com subfinanciamentos, deixando espaços a serem apropriados pelo capital financeiro internacionalizado. Para além da transferência de valor, destaca-se como a acumulação privada e financeirizada da educação impele à redução de custos em escolas e universidades privadas, afetando os salários e intensificando as jornadas de trabalho dos trabalhadores da educação. Em outras palavras, intensifica-se a superexploração da força de trabalho. (Brettas, 2020)

O setor da educação também se vincula à financeirização por meio de sua instrumentalização para impulsionar a bancarização da população brasileira. Nesse âmbito, a inclusão bancária é incentivada pelo Estado brasileiro a partir da oferta de bolsas, no caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI), e pelas políticas de crédito, como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). (Brettas, 2017, p. 68-69)

Acontece que esse movimento de instrumentalização também ocorre em outros setores. Por exemplo, nos financiamentos do MCMV também há a intermediação por bancos privados; outro caso seria o do Bolsa Família. Através dele, o Estado não só remunera os bancos que intermedeiam as operações, mas obriga a intermediação bancária do processo. (Brettas, 2017, p. 68) Toda essa bancarização aquece o mercado de crédito, o qual igualmente é incentivado a partir de políticas como o MCMV, conforme ressaltado. Mais uma vez, são os governos do PT dos anos 2000 que se destacam na promoção de tais práticas. A partir desses movimentos, “as operações para pessoa física (aquelas destinadas às famílias trabalhadoras) se tornaram o carro-chefe do processo de consolidação do mercado de crédito brasileiro”. (Ferreira, 2023, p. 10)

Diante disso, é importante destacar como o crédito individual é amplamente utilizado pela classe trabalhadora para acessar bens que, em países dependentes, não são garantidos como direitos. (Brettas 2017, p. 70) Como destaca Camila Ferreira, o cartão de crédito é o principal mecanismo de crédito para 86,6% das famílias do Brasil, e quase 70% das compras feitas por este meio são para atender necessidades básicas, como a compra de alimentos e remédios. (Ferreira, 2023, p. 14) Portanto, demarca-se uma diferenciação central em como o crédito é utilizado pelos capitalistas e pela classe trabalhadora. Neste último caso, ao contrário dos capitalistas, o crédito não é empregado para a geração de mais-valor, e sim para o consumo de coisas básicas. Desse

modo, a remuneração dos juros não é feita pelo lucro capitalista, da produção, por exemplo, e sim, por parte de salários. (Ferreira, 2023, p. 4) Camila Ferreira resume:

A inserção do Brasil na era da financeirização do capital transforma radicalmente a relação da classe trabalhadora com o endividamento, não só porque institucionaliza e generaliza o crédito, mas, sobretudo, porque eleva a dívida a um novo patamar, deslocando-a da condição de um mecanismo auxiliar, para promovê-la como meio fundamental para a reprodução da força de trabalho. (Ferreira, 2023, p. 9)

A mesma autora destaca como a regulamentação do crédito consignado, em 2003, foi um marco importante nessa dinâmica de expansão da oferta de empréstimos, ao garantir maior segurança jurídica às instituições financeiras. Desde então, essa modalidade tornou-se uma das mais utilizadas no país. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) também passa a ter destaque nesse âmbito, pois passou a ser utilizado nos financiamentos do MCMV, e utilizado como garantia e objeto de empréstimo por parte de bancos e demais instituições financeiras. (Ferreira, 2023, p. 11-12)

Em resumo,

A base da reconfiguração das políticas sociais está (...) na formulação de programas e projetos em consonância com as mudanças no padrão de reprodução do capital pautado na hegemonia das finanças. Este aspecto merece especial atenção porque significa que parte expressiva da rentabilidade do capital portador de juros está assegurada por meio de salários e rendimentos de trabalhadores. Para Lapavitsas (2009) a expropriação financeira consiste na capacidade de extrair lucros financeiros dos rendimentos individuais em uma situação em que os trabalhadores passam a ampliar sua relação com as instituições financeiras para suprir necessidades elementares como saúde e educação. A relação mercantil da classe trabalhadora com estas instituições é a base da expropriação financeira. A financeirização das políticas sociais articula, de forma contraditória, políticas voltadas para a garantia de direitos à mecanismos de expropriação financeira, à medida que tem como um de seus alicerces o estímulo à bancarização e ao aumento do crédito. Esta dinâmica, quando combinada à política de ajuste fiscal reformas como a trabalhista e as estratégias de enxugamento de custos das grandes empresas se desdobra em um aumento da superexploração da classe trabalhadora com fortes impactos sobre as expressões da questão social. (Brettas, 2017, p. 71-72)

2.8. A financeirização dependente no México

Partindo para o caso do México, Reis e Antunes de Oliveira (2021, p. 522-523) argumentam que assim como no Brasil, o processo da financeirização mexicana reflete mudanças nas estratégias de acumulação das classes dominantes-dominadas no país, em que a acumulação baseada nos monopólios industriais nacionais deu lugar à acumulação financeirizada, aliada à expansão das exportações. Foi nos anos 1988-2000 que o Estado mexicano se reestruturou em direção à acumulação financeirizada, frente ao anterior momento de crescimento da dívida e sua crise nos anos 1970-1988. Tudo isso promovido por governos do mesmo partido, o *Partido Revolucionario Institucional* (PRI). Desde 2000, há uma fase de consolidação da financeirização no país, seja através de governos de direita ou esquerda.

Mais uma vez de modo semelhante ao Brasil, os autores apontam que o México tem na dívida pública o pilar do processo de financeirização, sustentado em altas taxas de juros. Entretanto, uma diferença central entre ambos reside no fato de que no México, os bancos são altamente internacionalizados, enquanto no Brasil estão nas mãos de capitais nacionais. Outra diferença diz respeito a como o México, frente à financeirização, não se reprimizou e desindustrializou como o Brasil; ainda há uma forte pujança da indústria manufatureira, mesmo que tais setores estejam fortemente associados com capitais internacionais, sobretudo dos EUA. (Reis e Antunes de Oliveira, 2021, p. 526-527)

2.9. A financeirização dependente na Argentina

Observando o caso da Argentina, tem-se que o imbricamento financeirização/neoliberalismo piorou a necessidade estrutural e histórica da economia do país de absorção de divisas. (Cantamutto e Schorr, 2016, p. 125-126) Esse processo foi ini-

ciado a partir da última ditadura militar (1976-1983), tendo como centralidade a expansão da dívida pública – que como ressaltam os autores, financiava o terrorismo de Estado – a qual só foi se reduzir em 2001. Tudo isso como parte de um projeto político neoliberal, favorecendo as frações de classe associadas ao capital financeiro. (Cantamutto e Schorr, 2016, p. 133) Desde então, a economia argentina vive com uma instabilidade estrutural e dificilmente sustentável, em que há saída permanente de recursos, os quais só conseguem ser compensados em alguns momentos, na ocorrência de ciclos conjunturais positivos no âmbito do capitalismo global. (Cantamutto e Schorr, 2016, p. 126) Essa dinâmica aumentou em muito a dívida externa e a fuga de capitais ao exterior: em 2001, estes números eram de US\$ 140 bilhões ao ano, cada. Em 1970, a dívida era de US\$ 7 bilhões, e o volume de saída de capitais era de US\$ 4 bilhões. (Cantamutto e Schorr, 2016, p. 126; p. 133-134) Os autores ressaltam como no período entre 1976 e 2001, a fuga de capitais se justificava mais pela busca de reservas de valor mais estáveis que o peso argentino, do que propriamente pelo objetivo de remuneração. (Cantamutto e Schorr, 2016, p. 135-136)

De 2003 em diante, com os governos Kirchner (Néstor Kirchner, 2003-2007; Cristina Kirchner, 2007-2011 e 2011-2015), existiu uma tentativa de reduzir o peso relativo da dívida pública. Nesse contexto, as políticas econômicas empregadas buscaram favorecer as frações de classe neodesenvolvimentistas. Ou seja, o cenário em que a acumulação financeirizada imperava perdeu força frente a uma guinada neodesenvolvimentista. (Cantamutto e Schorr, 2016, p. 134-135) Apesar da tentativa de amortizar parte da dívida, buscando sua redução, a dívida pública total aumentou, ainda que suas condições de financiamento tenham sido melhoradas. (Cantamutto e Féliz, 2021, p. 8)

Em 2015, com a eleição de Mauricio Macri (2015-2019), o cenário mudou novamente. As frações financeiras retornaram a uma posição de protagonismo no governo, e a Argentina voltou a ter políticas econômicas mais associadas ao atendimento das exigências dessas classes, isto é, aprofundando a acumulação financeirizada e retomando o ciclo de endividamento. (Cantamutto e Féliz, 2021, p. 2; Cantamutto e Schorr, 2016, p. 135) Entre 2015 e 2019, a dívida pública do país saltou de 240 para 320 milhões de dólares; a questão é que em 2015 ela representava 53% do PIB, e em 2019, 89%, sendo que 70% foi contraída em moeda estrangeira. (Cantamutto e Féliz, 2021, p. 9) Essa dinâmica de alimentação da economia argentina por parte de fluxos de capitais fictícios interrompeu-se com uma crise cambial em 2018, e o país precisou recorrer à ajuda do FMI. Como consequência desse cenário, intensificou-se a superexploração da força de trabalho, agravando a pobreza e a miséria no país. (Cantamutto e Féliz, 2021)

Diante de todo esse contexto vivido na economia argentina, ressalta-se como o serviço de pagamento da dívida pública cria uma constante pressão ao sistema político, considerando a incessante possibilidade de não conseguirem pagar suas obrigações e a ameaça de corte de crédito internacional. (Cantamutto e Féliz, 2021, p. 5) Ademais, a superexploração da força de trabalho é intensificada, gerando cada vez mais pobreza e miséria. Os autores ressaltam como isso impacta em muito o trabalho reprodutivo, com as mulheres sofrendo mais com esse acirramento da superexploração. O aumento da transferência de valor, por sua vez, impõe uma pressão ao aumento da exploração de recursos naturais, atentando contra a natureza. (Cantamutto e Féliz, 2021)

2.10. A financeirização dependente no Uruguai

Por fim, no que diz respeito ao Uruguai, aponta-se que a partir dos anos 1960, a dívida pública do país se expandiu com forte participação de capitais internacionais, e o Estado também se endividou com organismos internacionais. Na década seguinte, passou a existir um crescente endividamento com bancos privados do exterior, em que todo esse processo de integração à globalização financeira foi promovido pela ditadura militar (1973-1985) que ocupava o poder. (Patrón, 2014, p. 482)

A partir dos anos 1990, a lógica de endividamento uruguaia se altera, e passa a ser ditada pela necessidade de absorção de capitais internacionais para sustentar o déficit fiscal. Também houve uma mudança na forma majoritária de endividamento: a emissão de títulos da dívida, lançados em mercados locais e internacionais, substituiu os empréstimos internacionais. Dos anos 2000 em diante, diversos governos do país se comprometeram na busca de melhor gerir a dívida pública, sobretudo na tentativa de

diminuir o endividamento externo. (Patrón, 2014, p. 483-484) Ainda que essa empreitada tenha sido exitosa até certa medida, a autora não deixa de ressaltar como desde o início dos anos 1960, de um jeito ou de outro, há uma crescente transferência de valor para o exterior frente ao aumento histórico do volume dos pagamentos da dívida externa. (Patrón, 2014, p. 496)

3. Discussão dos resultados

A partir desta síntese é possível afirmar que, uma vez agrupadas, as contribuições existentes da literatura da TMD sobre a financeirização formam uma base não exatamente coesa, dadas as divergências interpretativas em alguns pontos e a falta de diálogo entre as obras, mas que contém elementos relevantes para posterior desenvolvimento.

É importante destacar o fato de que nem todos os textos selecionados fazem uma discussão sobre a financeirização e a TMD de forma explicitamente preocupada com a teorização desse fenômeno nessa teoria, ainda que contribuam para esse movimento por falarem da financeirização de maneira articulada com a TMD e vice-versa.¹⁵ Os textos que mais se aproximam desse sentido de uma reflexão teórica “direta” são os de Amaral (2013), Amaral e Duarte (2010), Raposo, Almeida Filho e Amaral (2022) e Reis e Antunes de Oliveira (2021). Por outro lado, textos como os de Oliveira e Filgueiras (2020) e Martins (2018) têm outros objetivos, mas por falarem sobre financeirização partindo da TMD, oferecem contribuições relevantes que enriquecem a reflexão teórica proposta aqui. Os que fazem uma discussão mais “direta” estão entre os que mais se destacam quanto ao conteúdo, abrangendo diversos aspectos dos temas em questão.

Apesar de estarem propondo discussões acerca da financeirização sob o prisma da TMD, apenas menos da metade dos textos se engaja com uma conceitualização ou debates acerca da financeirização de forma explícita e direta. (Amaral, 2013; Paulani, 2022; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022; Reis e Antunes de Oliveira, 2021) Nos demais casos, tais questões são feitas de modo implícito, breve, ou não são feitas. Esse ponto sobre a forma como a financeirização é tratada na literatura tem várias nuances e será retomada adiante.

Antes disso, é importante notar como a falta de diálogo entre as obras é patente, e facilmente verificada a partir de uma análise da seção de referências bibliográficas dos textos sintetizados. Dentre as 21 obras em questão, existem 870 textos citados. Apenas 10 vezes algum texto de dentro desta amostra é citado por outro. Brettas (2017) é citada 3 vezes (Araújo, 2023; Brettas, 2020; Rodrigues *et al.*, 2023); a tese de doutorado que origina o texto de Amaral (2013) – Amaral (2012) – 4 vezes (Brettas, 2017; Nunes, 2023; Paulani, 2022; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022); e 3 vezes a publicação de Carcanholo (2008) (contando que duas destas se referem uma versão anterior em forma de texto de anais de congresso).¹⁶ (Amaral, 2013; Amaral e Duarte, 2010; Nunes, 2023)

Ainda, destaca-se o fato de que grande parte do conteúdo apresentado parte do Brasil para construir uma compreensão sobre a financeirização periférica, seja direta ou indiretamente. Imagina-se, aqui, dois motivos para isso: o natural viés de seleção dos autores, por terem maior conhecimento sobre as dinâmicas socioeconômicas, políticas e históricas do país, considerando que em sua maioria são brasileiros, e, por outro lado, o fato de o Brasil ser a maior economia da América Latina, o que a torna um ponto de referência central nesse contexto. De um modo ou de outro, isso se revela problemático considerando a pretensão teórico-metodológica da TMD, que se situa em um nível de abstração superior ao de uma formação nacional. É no mínimo complicado partir do Brasil e generalizar os apontamentos ocorridos no país para outras economias da região, especialmente para aquelas muito menores. Mesmo ao fazer essa relação com outras economias mais pujantes, como o México e a Argentina, problemas persistem; as obras de Reis e Antunes de Oliveira (2020), Cantamutto e Félix (2021) e Cantamutto e Schorr (2016) demonstram como existem diferenças importantes, sobretudo acerca das disputas entre frações das classes burguesas nestes países.

¹⁵ Isso quer dizer que falam sobre financeirização partindo da TMD, mas não têm um texto desenhado em torno de problemáticas como “busca-se contribuir para o entendimento da financeirização na TMD”, “estes debates se inserem nas discussões sobre financeirização da TMD”.

¹⁶ Ver Carcanholo (2004).

No caso da Argentina, por exemplo, existe uma relação bastante singular com a financeirização vide a dolarização da economia vivida no país, assim como o modo em que esse processo foi gerido nos governos neodesenvolvimentistas. Dessa forma, essa pode ser apontada como uma limitação da literatura apresentada: são necessários mais estudos sobre a financeirização em outros países dependentes além do Brasil, a fim de melhor avaliar os pontos de semelhança e de diferenciações, e com isso, quais generalizações podem ser feitas para uma análise em nível de abstração condizente com a teorização mais ampla da TMD.

Seguindo adiante para falar sobre a financeirização, vê-se como os modos em que esta categoria é discutida ou abordada na literatura são diversos, o que é refletido a partir dos diferentes pontos de partida para teorização encontrados. Amaral (2013) e Nunes (2023) baseiam-se nas definições de Lapavitsas (2009). Reis e Antunes de Oliveira (2021), bem como Raposo, Almeida Filho e Amaral (2022), também realizam um leve engajamento com as obras de Lapavitsas. No entanto, enquanto os primeiros dialogam com literaturas da heterodoxia econômica sobre a financeirização, os últimos se valem das noções de capital portador de juros e capital fictício em Marx. Paulani (2022) também estabelece um engajamento direto com a obra marxiana, combinando sua discussão com contribuições de François Chesnais. Autores como Martins (2018) e Carcanholo (2008) não realizam um engajamento explícito com trechos das obras de Marx, mas utilizam, de modo geral, categorias marxianas e noções acerca da teoria do valor-trabalho. Já Brettas (2017, 2020) não se utiliza diretamente da obra de Marx, elaborando uma conceitualização própria sobre financeirização que, ainda assim, mantém-se em consonância com o quadro metodológico geral das obras anteriormente citadas.

Dentre essa discussão, Brettas (2017; 2020) se destaca ao enfatizar o sentido qualitativo da financeirização no capitalismo. Essa é uma chave central para compreender como este processo opera na acumulação global de capital e na periferia. Como apontado anteriormente, o que se impõe a partir da financeirização periférica não é só o aumento quantitativo da transferência de valor ou da superexploração, mas principalmente as mudanças qualitativas que daí se engendram, por exemplo, a maior importância relativa dos juros e dividendos nas transferências de valor, a relação entre superexploração e expropriação financeira, a coação permanente vivida pelos países periféricos e a necessidade de crescer a poupança externa (Paulani, 2022; Nunes, 2023) e a maneira como se altera o fundo público e o modo de gerir a riqueza “produtiva”. (Brettas, 2017)

De modo geral, a literatura da TMD em questão converge implicitamente no entendimento da financeirização em sentido qualitativo e sistêmico. Isso significa dizer que a financeirização é compreendida como um fenômeno que altera o modo de ser do capitalismo em geral, afetando a totalidade de seus agentes, não estando restrita para o “setor financeiro” ou a “esfera financeira”. Sendo assim, é esse sentido qualitativo que caracteriza a financeirização, e não meramente o aumento quantitativo de ativos financeiros e fictícios – o que não quer dizer que este aumento não exista. A natureza histórica desse processo, bem como a noção de que ele gera uma intensificação da recorrência de crises e estrangulamento estatal também são fortes pontos de convergência. As obras que se engajam menos na definição da financeirização e com os debates sobre o conceito são aquelas que entram na discussão “financeirização + TMD” de modo tangente. Isto é, discutindo questões que são relativas a este processo e partindo do quadro metodológico dessa tradição teórica, mas sem pretensão de propor um debate teórico direto, explícito, sobre a financeirização dependente. (Cantamutto e Féliz, 2021; Cantamutto e Schorr, 2016; Ferreira, 2023; Ferreira, 2016; Oliveira e Filgueiras, 2020; Patrón, 2014)

A associação entre superexploração da força de trabalho e expropriação financeira abriga pontos interessantes para debate. Esse último fenômeno, como muito citado na literatura a partir de Lapavitsas (2009), é uma característica geral da financeirização, não se restringindo à periferia. No entanto, no atrelamento deste mecanismo à superexploração, questões podem ser feitas: essa expropriação financeira se manifesta de maneira diferente na periferia? Caso exista um diferencial, isso reside apenas no modo como agrava a superexploração da força de trabalho, ou há outras dimensões/mecanismos que não se confundem com os manifestados no centro do capitalismo?

Camila Ferreira, por exemplo, se engaja com essas questões em sentido exploratório. (Ferreira, 2023) No âmbito do endividamento da classe trabalhadora, a autora

afirma que este “não se objetiva da mesma forma nas diversas economias que formam esse sistema [capitalista]” (Ferreira, 2023, p. 8), e que “embora o endividamento da classe trabalhadora seja um fenômeno global, sob as determinações da superexploração da força de trabalho, esse fenômeno assume contornos altamente violentos, alcançando proporções de um verdadeiro desastre social”. (Ferreira, 2023, p. 16)

Nessa seara, existe uma questão chave, como levantada por Nunes (2023, p. 18): pode-se dizer, de fato, que a expropriação financeira é um novo mecanismo de superexploração na periferia, adicionando um quarto mecanismo aos três apontados por Marini ([1973] 2022)? Certamente a expropriação financeira se relacionaria com o terceiro mecanismo de superexploração apontado pelo autor: o da redução do consumo do trabalhador em níveis necessários para a reprodução de sua força de trabalho. Entretanto – e talvez onde resida a inovação – existe o fato de que a expropriação financeira acontece de modo indireto. Isto é, o impacto na força de trabalho não ocorre através de um vínculo direto entre um empregador e o empregado, por assim dizer, mas sim por meio da atuação de bancos, instituições financeirizadas e o Estado em relação à população no geral. Ao passo que esse sentido indireto possa representar uma inovação na forma em como a superexploração é definida, é possível imaginar que também possa ser um ponto de controvérsia quanto a sua validade como um novo mecanismo. Diante disso, Amaral diz com firmeza que sim, a expropriação financeira seria um novo mecanismo. (Amaral, 2013, p. 91-92) Outras obras fazem essa associação entre expropriação financeira e superexploração, mas não chegam ao ponto de afirmá-la como sendo um novo mecanismo. (Brettas, 2017; Ferreira, 2023; Raposo, Almeida Filho e Amaral, 2022) De um modo ou de outro, a relação entre expropriação financeira e superexploração da força de trabalho é um ponto que suscita considerações importantes para a literatura da TMD, que certamente merece atenção em sua teorização futura. Como mesmo diz Camila Ferreira, “essa discussão articulada revela a necessidade de novas pesquisas, e de maiores aprofundamentos”. (Ferreira, 2023, p. 16)

Portanto, a relação entre financeirização e superexploração da força de trabalho, de modo amplo, é muito discutida na literatura em questão. Como ressaltado, converge-se ao apontamento de que esta última é intensificada com o avanço da financeirização. Entretanto, cumpre notar como essa intensificação parece ter múltiplas determinações nessa fase financeirizada da dependência. O termo não é associado unicamente com a forma compensatória da transferência de valor, que digamos, seria o sentido mais elementar da categoria, como apontado com base em Marini ([1973] 2022). Muito é falado sobre o impacto da austeridade, crises, apropriação financeira do fundo público e da expropriação financeira.

Ao mesmo tempo, a literatura aponta para como a financeirização (conjuntamente com o neoliberalismo e globalização) contribui para o espraiamento de mecanismos de superexploração para o centro, ainda que a superexploração mantenha um funcionamento particular nas formações dependentes por sua relação causal com a transferência de valor.¹⁷ (Martins, 2016; Valencia, 2007) Essa seria uma contribuição do pensamento marxista-dependencista para discussões sobre a financeirização que não diz respeito especificamente à financeirização periférica.

Quanto à relação do subimperialismo com a financeirização, foi visto que Martins (2018), Amaral (2013) e Poliana Ferreira (2016), fazem apontamentos em direções semelhantes. O ponto de diferença reside no comentário de Martins (2018) sobre como a financeirização limitou a projeção subimperialista do Brasil durante os governos FHC, mas depois comenta que o subimperialismo volta a ganhar força nos governos seguintes, como as outras autoras. Isso faz pensar como a financeirização não necessariamente barra ou impulsiona o subimperialismo, dependendo, antes, do modo como se articula às políticas de desenvolvimento capitalista de determinado governo, em um dado momento histórico.

Neste sentido, cumpre lembrar como a cisão dos ciclos do capital é uma categoria ausente nas discussões. Apenas Araújo oferece uma contribuição sobre o impacto na financeirização nesta categoria. (Araújo, 2023) Diante disso, questiona-se, aqui, quanto ao modo em que é apropriada nestes apontamentos, uma vez que partem de entendimentos distantes como da forma em que foi teorizada por Marini ([1973]

¹⁷ Para uma investigação acerca dessa relação, ver Leite e Alves (2024).

2022), que fala sobre a produção de mercadorias e a realização dessas frente à circulação. Na relação que é posta entre cisão dos ciclos e financeirização, Araújo refere-se ao fundo público e necessidades sociais/direitos sociais. (Araújo, 2023)

Algumas obras (Araújo, 2023; Cardoso e Teixeira, 2023; Brettas, 2017; 2020; Rodrigues *et al.*, 2023) discutem a relação entre apropriação financeira do fundo público, estrangulamento do Estado e crises recorrentes da financeirização em relação à superexploração da força de trabalho. Uma associação comum é a atribuição de que o subfinanciamento de políticas sociais, saúde e educação ocorre pois há um maior escoamento de recursos para a remuneração de títulos da dívida pública, por exemplo. Da forma como isso é apresentado, é possível fazer uma denotação quantitativa: são destinados mais recursos para a financeirização, e por isso, faltam recursos para investimentos sociais. Aqui, entende-se que é preciso ser feita uma melhor qualificação acerca dessas dinâmicas. Para tanto, interessa resgatar as formulações de Brettas sobre a natureza qualitativa da financeirização. (Brettas, 2017) Frente à consolidação desse processo, o que está em jogo não é a falta de recursos para investimentos sociais, mas sim as mudanças na gestão da riqueza capitalista que daí residem, e que afetam as decisões de investimento. O sentido passa muito mais pela vontade consciente de não investir pesadamente em setores como saúde e educação, e da assunção de discursos sobre a austeridade, em que daí se favorecem o oferecimento de serviços privados que são internacionalizados, monopolistas e financeirizados, os quais se multiplicam frente ao desmantelamento destes serviços públicos, dentre outros. Ou seja, o que está em questão quando se fala em estrangulamento do Estado pela financeirização ou da apropriação financeira do fundo público não é a falta de recursos, mas a mudança do modo de gestão de recursos públicos em termos políticos e ideológicos que passa a estar em consonância com o projeto político das frações de classes financeirizadas. Fazendo uso das palavras de Brettas:

Em nome do pagamento da dívida, se justifica e difunde uma suposta necessidade de recorrer a ajustes fiscais com desdobramentos sobre as (limitadíssimas) possibilidades redistributivas do Estado dependente e sobre a configuração das políticas sociais como um todo. Não se trata apenas de analisar o volume de recursos do fundo público para essas políticas, como também as alterações qualitativas engendradas por este processo. De uma maneira sintética, podemos afirmar que as políticas de austeridade fiscal alimentam a legitimação do setor privado como um parceiro para garantir a prestação dos serviços públicos. Significa dizer que a precarização dos serviços disponibilizados pelo Estado caminha lado a lado com o aumento da destinação de recursos públicos para o setor privado. Mas vale ressaltar que não se trata efetivamente de uma desresponsabilização do Estado, nem mesmo de uma retirada de cena. As mudanças expressam, na verdade, uma reconfiguração. (Brettas, 2020, p. 11)

Entende-se aqui que essa dinâmica é uma das mais centrais para o debate da financeirização dependente, pois seus resultados se relacionam com a superexploração da força de trabalho no sentido de rebaixamento do nível de consumo, e se manifesta (ou podem se manifestar) a partir do desmantelamento de basicamente qualquer serviço público ou do aumento da tributação, não havendo uma compensação relativa nos níveis dos salários.

Por fim, no que diz respeito à discussão de que a financeirização intensifica a recorrência de crises, cumpre ressaltar uma diferenciação usual na forma como essas crises se manifestam entre centro e periferia, questão não encontrada na literatura sintetizada. Enquanto nos países centrais estas ocorrem, em geral, por meio de quebras nas bolsas de valores ou do estouro de bolhas (como as imobiliárias), na periferia elas tendem a se apresentar como crises no balanço de pagamentos.

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se explorar a lacuna da teorização da literatura da TMD acerca da financeirização por meio de uma revisão sistemática de literatura. Partindo do que foi exposto, observa-se que quando agrupadas e sintetizadas, as obras partindo da TMD que versam sobre a financeirização apresentam contribuições e pontos de discussão pertinentes, passíveis de futuros aprimoramentos, ainda que, quando tomadas em conjunto, sejam marcadas por uma falta de interconexão entre as obras e por heterogeneidade interpretativa acerca de alguns pontos.

Partindo do conteúdo sintetizado, foram vistos apontamentos sobre a caracterização da “nova fase da dependência”, a definição da financeirização, a historicidade da financeirização dos países periféricos e a centralidade da dívida pública neste processo. Igualmente, viu-se como a transferência de valor da periferia para o centro se intensifica, e passa a ser mais composta, em termos relativos, por formas financeirizadas. Isso naturalmente leva ao aumento da superexploração da força de trabalho; entretanto, também foi apontado na literatura como essa sofre diversas outras determinações, como a partir de mecanismos de expropriação financeira. Ademais, apontamentos sobre o lugar das mercadorias-conhecimento na dependência, a vulnerabilidade externa, a ocorrência de crises e a “acumulação travada” também tiveram espaço nessa caracterização mais geral da financeirização periférica, assim como sua relação com o subimperialismo. Ao fim, passou-se à apresentação específica dos processos históricos-políticos-econômicos da assimilação da financeirização no Brasil, México, Argentina e Uruguai.

Dentre os pontos de discussão, estiveram a maneira como a ideia de financeirização é tratada de modo variado na literatura e a relação entre superexploração da força de trabalho e expropriação financeira. Foram feitas ressalvas quanto a possíveis atribuições quantitativas da relação entre fundo público e financeirização, ao modo em que experiências partindo do Brasil são sobrerrepresentadas na literatura, e o sentido em que a cisão dos ciclos do capital foi associada à financeirização. Ademais, notou-se como são atribuídas diversas determinações à superexploração frente à financeirização, a forma como as noções acerca do espraiamento da superexploração ao centro do capitalismo podem ser vistas como uma contribuição da literatura que não diz respeito especificamente à financeirização periférica, e de que jeito as crises diante da financeirização se diferenciam entre centro e periferia.

Em relação às diversas definições para nomear a fase contemporânea da dependência, sugere-se aqui a adoção do termo “dependência financeirizada”, como utilizado por Reis e Antunes de Oliveira (2021). Essa escolha permite destacar a centralidade da financeirização na acumulação de capital nos países periféricos e sua articulação com o capitalismo global. Além disso, entende-se essa caracterização como mais adequada do que a de “dependência neoliberal”, por exemplo, uma vez que a financeirização configura-se como um padrão sistêmico que, a essa altura, transcende a presença de governos ditos neoliberais. Nesse sentido, é importante ressaltar que aspectos financeiros dentre os laços de dependência já existiam antes dessa fase contemporânea, mas agora ocupam uma posição de maior importância dentre suas determinações, justamente a partir do processo da financeirização e expansão quantitativa e qualitativa do capital fictício no capitalismo global.

Espera-se que tanto o conteúdo sintetizado quanto os pontos de discussão representem bases para futuros desenvolvimentos de estudos acerca da financeirização dentre a TMD. Nestes esforços, é interessante voltar às formulações marxianas sobre capital fictício e capital portador de juros, apreendendo o processo em termos metodologicamente adequados com a TMD e de modo condizente com a teoria do valor, afastando, por exemplo, noções de que a financeirização é uma deturpação do capitalismo. (Prado, 2014; Raposo, 2023) Com esse espírito, faz-se possível formular noções particulares para o entendimento da financeirização na realidade do capitalismo dependente. Parafraseando Marini (2022), é preciso ir além de uma apreensão da mera aparência da financeirização no capitalismo dependente, assim como é necessário não deturpar essa realidade para encaixar conceitos acerca da financeirização pensados para outros contextos.

Referências

- ALAMI, Ilias *et al.* “International financial subordination: a critical research agenda”. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 4, 2022, p. 1360-1386.
- AMARAL, Marisa Silva. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. 2012. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

- AMARAL, Marisa Silva. “Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo”. *Pensata*, v. 3, n. 1, 2013 p. 80-96.
- AMARAL, Marisa Silva; DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. “Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência”. *Leituras de Economia Política*, v. 13, n. 1, 2010, p. 111-138.
- ANDRADE NETO, Francisco Luiz de. Revisão sistemática de literatura: financeirização na Teoria Marxista da Dependência. 12 nov. 2024. *osf.io*. Disponível em: <https://osf.io/rvvh8/>. Acesso em: 22/12/2024.
- ANDRADE NETO, Francisco Luiz de. *A financeirização na literatura da Teoria Marxista da Dependência: uma revisão sistemática*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025a. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/42112>>. Acesso em: 05/05/26.
- ANDRADE NETO, Francisco Luiz de. Financialization in Peripheral Countries: Insights from the Marxist Dependency Theory. *Review of Radical Political Economics*, v. 57, n. 4, 2025b, p. 696-705.
- ARAÚJO, Ricardo Souza. “Mundialização e dependência: contradições contemporâneas do capitalismo dependente no Brasil”. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 3, 2023. e-6628331.
- BRAGA, José Carlos *et al.* “For a political economy of financialization: theory and evidence”. *Economia e Sociedade*, v. 26, n. spe, 2017, p. 829-856.
- BRETTAS, Tatiana. “As bolsas, o crédito e os fundos: a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil”. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 11, n. 3, 2020, p. 7-18.
- BRETTAS, Tatiana. “Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil”. *Temporalis*, v. 17, n. 34, 2017, p. 53-76.
- CANTAMUTTO, Francisco J.; FÉLIZ, Mariano. “Argentina entre la sostenibilidad de la deuda y la vida”. *Revista nuestraAmérica*, v. 9, n. 17, 2021, p. 1-23.
- CANTAMUTTO, Francisco J.; SCHORR, Martín. “Ensayo sobre la dependencia de la economía argentina”. *Realidad Económica*, v. 302, 2016, p. 118-141.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento”. *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 2004.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica”. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 2, 2008, p. 247-272.
- CARDOSO, Ana Valéria Matias.; TEIXEIRA, Solange Maria. “(Re)atualizações das relações de dependência com a neoliberalização do capital financeiro”. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 3, 2023, e-6628352.
- FERREIRA, Camila Carolina de Oliveira. “Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho”. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 3, 2023, e-6628338.
- FERREIRA, Poliana García. “Subimperialismo y capital-imperialismo: reflexiones actuales sobre el capitalismo dependiente en Brasil”. *Cuadernos de Economía Crítica*, v. 3, n. 5, 2016, p. 83-105.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto *et al.* “O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise?”. *Teoria e Pesquisa*, v. 23, n. 2, 2014, p. 205-228.
- FILGUEIRAS, Luiz. “Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual”. *Caderno CRH*, v. 31, n. 84, 2018, p. 519-534.
- HARZING, Anne-Will. “Publish or perish”. 2016. *Harzing.com*. Disponível em: <https://harzing.com/resources/publish-or-perish>. Acesso em: 09/06/2026.
- LAPAVITSAS, Costas. “Financialised capitalism: crisis and financial expropriation”. *Historical Materialism*, v. 17, n. 2, 2009, p. 114-148.
- LAVINAS, Lena. *et al.* (org.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

- LEITE, Leonardo; ALVES, Mattheus. “Troca desigual, deterioração dos termos de troca e superexploração: quais os nexos causais?”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 68, 2024, p. 43-71.
- LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022 [1973], p. 167-216.
- MARTINS, Carlos Eduardo. “O legado de Ruy Mauro Marini para as ciências sociais: a economia política do capitalismo dependente”. *Cadernos Cemarx*, v. 9, 2016, p. 13-31.
- MARTINS, Carlos Eduardo. “A Teoria Marxista da Dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo”. *Caderno CRH*, v. 31, n. 84, 2018, p. 463-481.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, [1894] 2017, v. 3.
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; DOURADO, Fernando Fellows; PARANÁ, Edemilson. “Financialisation as the development of fictitious capital in developing and developed economies”. *Cambridge Journal of Economics*, v. 46, n. 5, 2022, p. 955-976.
- NOGUEIRA, Camila dos Santos. “Las formas históricas de la superexplotación de la fuerza de trabajo y la dialéctica de la dependencia latinoamericana”. *Cuadernos de Economía Crítica*, v. 3, n. 5, 2016, p. 61-82.
- NUNES, Débora M. “Imperialism in the financial capital era: forgotten contributions from Marxist Dependency Theory”. *Review of Radical Political Economics*, v. 56, n. 1, 2023, p. 5-22.
- OLIVEIRA, Elizabeth Moura; FILGUEIRAS, Luiz. “A economia política do conhecimento”. *Economia e Sociedade*, v. 29, 2020, p. 359-383.
- PAGE, Matthew J. *et al.* “The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews”. *BMJ*, v. 372, 2021, p. 1-9.
- PALLUDETTO, Alex Wilhans Antonio; FELIPINI, André Rodrigues. “Panorama da literatura sobre a financeirização (1992-2017): uma abordagem bibliométrica”. *Economia e Sociedade*, v. 28, n. 2, 2019, p. 313-337.
- PALLUDETTO, Alex Wilhans Antonio; ROSSI, Pedro. “Marx’s fictitious capital: a misrepresented category revisited”. *Cambridge Journal of Economics*, v. 46, n. 3, 2022, p. 545-560.
- PATRÓN, Ángela Analia Garofali. “Dialéctica de la dependencia y transferencia de valor: el caso uruguayo”. *REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 4, n. 3, 2014, p. 457-497.
- PAULANI, Leda Maria. “A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 64, 2022, p. 68-106.
- PRADO, Eleutério F. S. “Exame crítico da teoria da financeirização”. *Crítica Marxista*, v. 39, 2014, p. 13-34.
- RAPOSO, Bruna. “Ensaio para uma crítica da economia política da financeirização”. *Marx e o Marxismo*, v. 11, n. 21, 2023, p. 155-175.
- RAPOSO, Bruna; ALMEIDA FILHO, Niemeyer; AMARAL, Marisa Silva. “The pattern of capital reproduction in dependent and financialized capitalism”. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 1, 2022, p. 166-181.
- REIS, Nadine; ANTUNES DE OLIVEIRA, Felipe. “Peripheral financialization and the transformation of dependency: a view from Latin America”. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 2, 2021, p. 511-534.
- RODRIGUES, Paulo Henrique de Almeida, *et al.* “Estado e acumulação de capital na saúde brasileira sob a ótica da Teoria Marxista da Dependência”. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, n. 12, 2023, p. 1-17.
- SIDDAWAY, Andy P.; WOOD, Alex M.; HEDGES, Larry V. “How to do a systematic review: a best practice guide for conducting and reporting narrative reviews, meta-analyses, and meta-syntheses”. *Annual Review of Psychology*, v. 70, 2019, p. 747-770.

SOUZA, Renildo. “O capitalismo financeirizado e a seção V do livro III d’O capital”. In: MONTEIRO, Adalberto; BUONICORE, Augusto (org.). *Karl Marx: desbravar um mundo novo no século XXI*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2018. p. 275-296.

VALENCIA, Adrián Sotelo. “El capital ficticio y los efectos de la superexplotación en el mundo del trabajo em las sociedades contemporáneas”. *Textos de Economía*, v. 10, n. 1, 2007, p. 30-38.

Recebido em 6 de setembro de 2025

Aprovado em 27 de abril de 2026